

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

123

JULHO 2011

CSP
Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR
FILIADO À CONDSEF

Jornada Nacional de Lutas

- ▶ DEFESA DA APOSENTADORIA E DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA / FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO
- ▶ AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS
- ▶ REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO SALARIAL
- ▶ CONTRA OS CORTES NO ORÇAMENTO / DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS DIREITOS SOCIAIS DO POVO BRASILEIRO / COMBATE À CORRUPÇÃO
- ▶ SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA E INTERNA AOS GRANDES ESPECULADORES
- ▶ EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA
- ▶ EM DEFESA DOS(AS) SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS)
- ▶ EM DEFESA DO DIREITO À MORADIA DIGNA / TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA / REFORMA AGRÁRIA JÁ
- ▶ NENHUM DIREITO A MENOS / CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO
- ▶ CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES / DEFESA DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS NATURAIS DO BRASIL
- ▶ CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
- ▶ CONTRA O NOVO CÓDIGO FLORESTAL / EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE
- ▶ CONTRA TODA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO E OPRESSÃO

17 A 26 DE AGOSTO

Greves, ocupações, acampamentos e mobilizações em todas as regiões do país

24 DE AGOSTO

Manifestação nacional em Brasília



ANEL



CNESF



CONDSEF



INTERSINDICAL



- A CRISE ECONÔMICA E SEUS REFLEXOS NO MUNDO (PÁG. 4)
- DNIT: DEPOIS DOS ESCÂNDALOS, QUEM VAI ASSUMIR O LEME (PÁG. 9)
- 1º ENCONTRO SOBRE A MULHER NEGRA DO SINDSEF-SP (PÁG. 11)
- CAMPANHA DE FILIAÇÃO E RECADASTRAMENTO (PÁG. 12)



Resistir à *barbárie*

O Sindsef-SP tem discutido insistentemente a crise econômica mundial. É compromisso nosso e da CSP-Conlutas, nossa central, alertar os trabalhadores sobre a crise e sobre as tentativas da burguesia em fazer com que paguemos a conta. E, neste mês de agosto, vivemos um momento decisivo no Brasil. Estamos construindo uma Jornada de Lutas unificando diversos setores da classe trabalhadora e dos estudantes. O resultado dessa mobilização vai definir o futuro próximo do país.

Alguns indicadores econômicos já estão se deteriorando a olhos vistos. O real está sobrevalorizado e a inflação, saindo de controle. Esse cenário aponta para uma perspectiva de aumento no desemprego e perda de poder aquisitivo dos trabalhadores. Em relação ao funcionalismo, o governo anuncia que não pretende conceder reajuste linear e faz ameaças aos servidores: não tolera o direito de greve. Mas isso não é o pior.

Na Europa e nos Estados Unidos, a crise se agrava de forma acelerada. Na verdade, esses países nunca chegaram a se recuperar do estouro da bolha financeira em 2008. Os trilhões de dólares “doados” aos banqueiros não passaram de um anestésico.

O próprio euro, moeda da União Europeia, está ameaçado, enquanto os EUA ganham uma sobrelavada inundando o mercado mundial de dólares, o que afeta as demais moedas. Há muitos sinais de tempestade no horizonte. Não se sabe quando a tormenta virá, mas é possível que seja mais devastadora do que a de 2008.

Não estamos sendo pessimistas, nem catastróficos. Sem negar a gravidade da crise atual, buscamos enxergar uma possibilidade de superá-la. Só não podemos aceitar o receituário neoliberal de sempre: redução de empregos e salários, cortes de direitos trabalhistas, etc., tudo para salvar os verdadeiros culpados, os banqueiros e especuladores.

A crise não será resolvida com o nosso sacrifício, mas com a nossa luta. As bandeiras da classe trabalhadora já estão nas ruas com a Jornada Nacional de Lutas: aumento geral dos salários, defesa da Previdência pública, redução da jornada de trabalho, reforma agrária, defesa da Educação e da Saúde públicas, moradia digna, entre outras reivindicações históricas. É nossa tarefa resistir à barbárie que já assola Grécia, Portugal e Irlanda. Até a vitória!

Informe jurídico: MI 3860

Mandado de injunção (MI 3860 - Relatora Ministra Carmem Lúcia) impetrado pelo Sindsef-SP, em maio de 2011, foi despachado pela Ministra em 01/07. Ela determinou que os impetrados, querendo, apresentassem informações sobre o MI no prazo de 10 dias, e na sequência, fosse dado vista ao Procurador Geral da República.

Deste modo, foram expedidos ofícios ao Presidente do Senado Federal, ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Advogado Geral da União e à Presidente da República para obtenção das informações.

Até o fechamento desta edição a Câmara dos Deputados e a Presidente da República já apresentaram resposta ao ofício juntando a petição com as informações.

O MI 3860 prevê a revisão geral anual das remunerações dos filiados, acumulada desde janeiro de 1995, último momento em que houve reajuste dessa natureza.

Vale ressaltar, que mandado de injunção abrange apenas filiados. Ainda é possível a filiação de novos servidores. Os interessados devem adotar a providência o mais rápido possível, evitando prejuízo futuro.

Departamento Jurídico

Atendimento com o (a) advogado (a):

Segunda-feira: 15h às 18h
Terça-feira: 15h às 18h
Quarta-feira: 10h às 13h
Quinta-feira: 10h às 13h

Agende o atendimento antecipadamente

O Departamento jurídico atende de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h

Telefone: 5085-1155

Endereço eletrônico: juridico@sindsef-sp.org.br

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalista responsável: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) - Estagiário: Felipe Nascimento - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 6.000 Exemplares - Diagramação: Fábio Fernando - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



MOVIMENTO DOS ARTISTAS DE SÃO PAULO: ELES PERDERAM A PACIÊNCIA!

O movimento dos trabalhadores da cultura, atuantes na área de teatro, dança, circo, entre outras, tornaram públicas sua indignação e recusa ao tratamento que vem sendo dado à cultura no país. Os artistas ocuparam no dia 25 de julho, a sede da Fundação Nacional das Artes (Funarte), em São Paulo. A ocupação durou seis dias.

Eles realmente perderam a paciência! De acordo com os organizadores, esta foi a primeira atividade bomba, de uma série que ocorrerá. Os artistas não se contraem aos servidores públicos do órgão, nem ao conjunto dos trabalhadores da Cultura. Mas perderam a paciência. Há anos buscam o caminho da negociação por maiores investimentos para a área cultural. Cansaram da



1º dia de ocupação da Funarte, a Diretora do Sindsef-SP esteve presente em apoio ao movimento dos artistas

prática de enrolação do Governo Federal.

A categoria luta por: programas estabelecidos em leis com orçamentos próprios, que estruturam uma política

cultural contínua e independente; imediata aprovação das PEC 236, que prevê a cultura como direito social e PEC 150, que garante que o mínimo de 2% (40 bilhões de reais) do orçamento ge-

ral da União seja destinado à Cultura (hoje, são destinados apenas 0,2%); Imediata publicação dos editais de incentivo cultural que foram suspensos e descontingenciamento imediato da pequena verba destinada à Cultura.

O Sindsef-SP e a CSP-Conlutas, apóiam a luta dos artista. Vamos juntos exigir do Governo Federal mais verbas para a Saúde, Educação, Cultura, Reforma Agrária e todos os serviços públicos na Marcha dos Indignados que acontecerá em Brasília no dia 24 de agosto!

LUTAR É PRECISO. VAMOS MARCHAR UNIDOS PARA MOSTRAR A NOSSA INDIGNAÇÃO E JUNTOS EXIGIR O ATENDIMENTO DAS NOSSAS REIVINDICAÇÕES!

Machismo: A forma mais eficaz de combate é a denúncia

Os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego denunciaram em assembleia, um caso típico de machismo na Gerência do Santo André. A diretoria do Sindsef-SP foi acionada e está tomando as providências cabíveis.

O que é machismo?

Segundo o dicionário, machismo é “um comportamento de quem não admite a igualdade de direitos para o homem e a mulher”. No campo político, a definição é mais complexa: Machismo é uma ideologia criada pela sociedade de classes para manter a propriedade privada, servir

à dominação e também à exploração.

Uma forma de opressão

Opressão é toda conduta ou ação para transformar as diferenças em desigualdades. Com o objetivo de beneficiar um determinado grupo em relação a outro. Quando isso se dá entre brancos e negros, chamamos de racismo. Entre homens e mulheres, denominamos machismo.

A opressão se expressa de várias formas. Na piada que ridiculariza as mulheres: “dirige mal, só podia mesmo ser mulher”. Na diferença salarial entre homens e mulheres: Em nosso país, a

mulher ganha até 30% menos que um homem. Na agressão física, verbal ou psicológica. No Brasil, a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas.

Uma ideologia

Mas o machismo não é só fruto de uma conduta individual. É uma ideologia, ou seja, um sistema de ideias falsas, que criam uma falsa verdade, utilizada para manter a dominação e ampliar a exploração. A principal ideia é a de que as mulheres são inferiores aos homens e, portanto, não podem assumir determinadas tarefas ou ter determinados comportamentos.

É através dessa ideologia que se naturaliza o fato de que as mulheres são as “rainhas do lar”, têm por obrigação cuidar dos filhos, da casa e dos maridos sem nada receberem por isso. Essa ideologia é transmitida pela escola, pelas famílias, pelas igrejas, pelos meios de comunicação e por todas as instituições que reproduzem o sistema capitalista. De tanto ser reafirmada passa a ser natural, comum, imutável.

É preciso combater o machismo e demais formas de opressão. Denuncie!

Fonte: Artigo de Ana Pagamunici - O que é Machismo?



A CRISE ECONÔMICA E SEUS REFLEXOS NO MUNDO

Os EUA enfrentam uma grave crise relacionada ao gigantesco endividamento público norte-americano, gerado pelo corte nos impostos dos mais ricos, os subsídios para as empresas e o financiamento da presença militar dos EUA no Oriente Médio, para garantir as guerras do Iraque e Afeganistão. A crise econômica de 2008 fez com que a dívida desse um salto brutal com os pacotes de ajuda para o setor financeiro. O déficit americano, que hoje já está em 14,3 trilhões de dólares, representa o equivalente a um quarto do PIB mundial.

O acordo anunciado pelo governo Obama entre republicanos e democratas adia o calote no pagamento da dívida pública, mas deve aprofundar a crise econômica e política ao garantir a elevação do endividamento em 2,1 trilhões de dólares. Ao mesmo tempo, impõe uma redução de 1 trilhão nas despesas do governo para os próximos 10 anos. Com isso, os trabalhadores e a maioria da população, sobretudo a mais pobre, devem ser, mais uma vez, os maiores atingidos, já que as

áreas sociais serão alvos preferenciais dos cortes trilionários. Enquanto isso, os lucros das empresas no país aumentaram 264 bilhões nos últimos três anos, principalmente as do setor financeiro. A medida vai bloquear de vez a recuperação e pode jogar o país novamente em uma recessão.

Esta situação afetará, especialmente, os países que detêm os títulos da dívida pública norte-americana, em ordem decrescente: China, Japão, Reino Unido, um fundo conjunto de países petrolíferos e, finalmente, o Brasil, que detém 200 bilhões em títulos.

Além disso, há um cenário de uma crescente preocupação dos EUA e do FMI com a situação europeia e, em particular, com a Grécia que poderia desencadear uma nova crise no sistema financeiro. “Estamos à beira de um colapso econômico que começa, digamos, na Grécia, mas que pode alastrar facilmente”, disse George Soros, o multimilionário especulador.

Além da Grécia, a crise afeta os países mais débeis como Portugal, Irlanda e Espanha. A crise também avança em países maiores como a Itália, ou em potências



O presidente americano, Barack Obama, assina a lei de controle de orçamento de 2011 no salão oval da Casa Branca no dia 2 de agosto

bem mais fortes, como a Grã-Bretanha e França. O Fundo Monetário Internacional (FMI) introduziu os pacotes de ajuda, porém, acompanhados de duríssimas exigências e planos de ajuste que reduzem os salários e as aposentadorias, aumentam os impostos para a população, atacam a saúde e a educação pública, privatizações etc. A crise capitalista destrói o chamado Estado de bem estar social europeu.

Nenhum país europeu está em boa posição para socorrer o outro, pois gastaram milhões para segurar a crise em 2008 e 2009. Na Espanha, dois anos de recessão deixaram o país com uma taxa de desemprego de 21,3%. Em Portugal, uma combinação de medidas, impostas pelo governo, atacam direitos trabalhistas, fazendo com que fique mais fácil e barato demitir os trabalhadores, pois metade dos custos com as demissões serão pagos pelo estado. Há um amplo plano de privatizações das empresas responsáveis pela distribuição de energia elétrica, transportes fer-

roviários, correios e aeroportos. Além disso, já foi anunciado um imposto extraordinário de 50% sobre o 13º salário.

Em outras palavras, as burguesias europeias devem aplicar os piores planos de ajuste e realizar os mais duros ataques em décadas, mas não em um cenário de tranqüilidade. Enfrentarão uma forte resistência e crescentes crises políticas. Há uma forte onda de luta dos trabalhadores contra essas medidas. No caso grego, a resistência impôs uma dúzia de greves gerais. O exemplo se estende por todo o continente, nas mobilizações da juventude da França, na “geração à rasca”, em Portugal, nos indignados espanhóis, inspirados nas revoluções árabes, que protestaram em várias cidades, reunindo milhares de pessoas, na poderosa greve geral de funcionários públicos e docentes na Inglaterra, etc.

As lutas travadas nos países europeus geram terror às suas classes dominantes e demonstram que este é o caminho correto a seguir. Que os ricos paguem pela crise!



Trabalhadores protestam contra reforma trabalhista, em 2010



Transformar nossa indignação em ação

Os governantes não cansam de repetir que o Brasil atravessa uma fase de crescimento importante, mesmo com a grave crise econômica mundial. Entretanto, a inflação já aumentou o preço dos alimentos, da água, da luz, do aluguel e da passagem. Mas o governo diz que é preciso segurar os aumentos dos salários para conter a inflação, o que agrada bastante os empresários.

Existe uma indignação crescente tomando conta dos trabalhadores. Por todo o país temos assistido o aumento das lutas. As mobilizações e greves atingem o setor da educação em vários estados, os servidores públicos de todas as esferas, o setor metalúrgico, a construção civil, a mineração, bombeiros, petroleiros, entre outros. Todos lutam para melhorar os salários e condições de trabalho.

Mas o Governo Dilma prefere gastar metade do orçamento do país pagando juros da dívida aos banqueiros. O orçamento aprovado pela presidenta Dilma, para seu governo em 2011, destina 49,5% de tudo o que é arrecadado no país, entre impostos e taxas, para os banqueiros. Enquanto isso, apenas 2,92% vai para a educação e 3,53% para a saúde. Estes

números mostram existir um calote social de enorme crueldade, que sacrifica a vida, a educação e a saúde de milhões de trabalhadores para garantir a farra dos banqueiros.

O governo corta 50 bilhões nos gastos com políticas públicas e destina mais de 40 bilhões (previsão inicial de gastos) as grandes empreiteiras, para as obras da

Copa e das Olimpíadas. E isso não é tudo. O Senado aprovou, e Dilma deve sancionar, o famigerado “Regime Diferenciado de Contratações que desobriga a divulgação de orçamentos para a contratação de grandes obras de infra-estrutura. A realização destas obras sem controle dos gastos e sem divulgar o orçamento significa que a festa do futebol vai virar a farra da

corrupção, enchendo o bolso dos empreiteiros, enquanto os operários continuarão recebendo uma miséria. Vale lembrar que em seis meses de Governo caíram dois ministros envolvidos em escândalos de corrupção, quantos mais cairão?

A política econômica do governo assegura, ainda, uma ajuda a grandes empresas transferindo a elas, só no ano passado, 144 bilhões de reais, em benefícios e isenções fiscais, conforme informações do Tribunal de Contas da União.

Só no primeiro semestre deste ano o governo federal já gastou 364 bilhões de reais com juros e amortizações da dívida externa e interna (51% de todos os gastos do governo neste mesmo período!). Dinheiro que sai da educação, da saúde, da moradia, da reforma agrária.

Ou seja, não há falta de recursos. É preciso garantir que os recursos sejam usados para melhorar os salários, as condições de trabalho, a educação, saúde pública, reforma agrária, moradia, etc. Para isso é preciso fortalecer cada uma das lutas que estão em curso e unir todas elas em uma grande jornada nacional de lutas entre 17 a 26 de agosto. E com uma grande manifestação em Brasília no dia 24. Participe!

Orçamento do STF para 2012 prevê 15% de aumento para os ministros

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aprovaram, no dia 3 de agosto, a proposta orçamentária da Corte para 2012 no valor de R\$ 614, 073 milhões, que prevê um reajuste de quase 15% no salário dos ministros. Ou seja, dos atuais R\$ 26,7 mil para R\$ 30,6 mil. O orçamento proposto também prevê R\$

18,9 milhões para projetos de recuperação e modernização do Tribunal, entre eles, o da construção de um prédio para abrigar a TV Justiça, no valor de R\$ 2,8 milhões.

De acordo com previsão orçamentária, R\$ 12 milhões devem ser destinados para um novo projeto de informática do

Supremo; R\$ 3 milhões para construção de uma torre de elevadores projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer; R\$ 4 milhões para substituição de vidraças; R\$ 800 mil para troca dos carpetes e R\$ 2,8 milhões para ampliação das garagens.

A proposta será encaminhada ao Executivo e deverá ser incluída na Lei

Orçamentária Anual (LOA), que será encaminhada ao Congresso Nacional. Segundo noticiou o site da agência Brasil, o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, fez uma “menção expressa” de que o Executivo não tem prerrogativa para promover alterações na proposta.

Fonte: Agência Brasil



Governo não atende reivindicações e servidores federais **seguem em luta**

O governo da presidenta Dilma negou o reajuste linear, de 14,17%, aos servidores públicos federais. Foi o Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva, quem deu o recado, durante reunião realizada no dia 21/07, entre as 32 entidades que representam a categoria e o Ministério do Planejamento. Segundo Duvanier, o governo necessitaria desembolsar R\$ 40 bilhões em 2012, para contemplar essa reposição e as demandas das mesas específicas. Além disso, deixou claro que as negociações só acontecerão em mesas setoriais. O que divide a categoria e enfraquece a mobilização.

No encontro foi apresentado, pelo fórum ao Ministério do Planejamento, um estudo que mostra uma redução das despesas da União com o funcionalismo público nos últimos 15 anos. Já, os gastos com o pagamento da dívida pública se elevaram para R\$ 635 bilhões só neste ano, enquanto toda a despesa de pessoal da União não passou dos R\$ 167 bilhões. A pesquisa foi feita com dados oficiais, pela Auditoria Cidadã da Dívida. Esta constatação joga por terra o discurso do governo que não houve perdas nos últimos oito anos. Na verdade, o que

Lula fez em seus dois mandatos foi beneficiar banqueiros e especuladores do mercado financeiro e dar um mínimo de reajuste para os servidores e ainda aplicar profundamente o ajuste fiscal, impondo a retirada de direitos, como a reforma da previdência de 2003.

A CSP-Conlutas defende uma política salarial que reponha a correção inflacionária. Direito de toda categoria. A campanha salarial unificada do funcionalismo tenta resgatar a data-base, reinstaurar os reajustes lineares e mudar esse quadro de perdas.

Mobilizações por todo o país

Como parte do Dia Nacional de Lutas ocorreram várias manifestações nos estados no dia 05 de julho, quando os servidores federais paralisaram suas atividades em várias categorias. Aos técnicos administrativos das Universidades Federais - em greve desde o dia 06 de junho - somaram-se professores universitários e das escolas técnicas, funcionários do IBGE e da Fundação



Servidores do Ipen-SP, fizeram ato público no dia da paralisação

Oswaldo Cruz, servidores da saúde, trabalho e previdência, funcionários da Cultura, funcionários dos institutos federais de ensino e vários outros segmentos da administração federal.

As categorias organizaram atos públicos, assembleias, panfletagens e distribuição de material informativo à população. Em São Paulo, trabalhadores do IPEN paralisaram suas atividades e protestaram em frente ao órgão; na Fundacentro, realizaram assembleia e ato contra o governo. Já, os tra-

balhadores da saúde e previdência realizaram atividades em três locais diferentes e os trabalhadores do judiciário federal reafirmaram sua disposição de luta em assembleias da cate-

goria. No Rio de Janeiro, houve um ato conjunto que reuniu 400 pessoas na Cinelândia. No Pará, os trabalhadores e professores da universidade, com apoio da ANEL e da CSP-CONLUTAS, ocuparam o principal acesso à Universidade Federal; na área da cultura, os trabalhadores realizaram atividades sincronizadas nos museus de vários estados, com destaque para SC, PR, RJ e MG, com paralisação total de suas atividades. Em Pernambuco, houve fechamento da entrada da universidade e dos portões da reitoria, além de panfletagem conjunta das entidades no acesso ao Campus Universitário. Também em Santa Catarina e Rio Grande do Sul ocorreram atividades conjuntas com os servidores Federais distribuindo cartas-abertas à população nos principais locais públicos de Florianópolis e Porto Alegre. Por todo o país, de alguma forma os servidores federais marcaram o seu dia de protesto.



Assembleia e ato na porta da Fundacentro



Jornada de LUTAS

17 a 26/ agosto

A CSP-Conlutas e outras entidades estão organizando a Jornada de Lutas, entre os dias 17 e 26 de agosto. O objetivo é mobilizar os trabalhadores de todo o país em torno de uma plataforma ampla de reivindicações. A jornada deve se apoiar nas campanhas salariais em curso.

Entre os servidores públicos federais estão programadas paralisações de setores importantes. Os trabalhadores das Universidades Federais, organizados na FASUBRA, estão em greve há aproximadamente dois meses. Já os companheiros das Instituições Federais de ensino superior (antigos CEFETs) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciaram o movimento paredista em 1º de agosto.

Os professores universitários, através do ANDES-SN, também estão discutindo com a base um indicativo de greve para os dias 23 e 24.

O Sindsef-SP e a CSP-Conlutas apontam para construção de uma paralisação dos servidores federais no dia 19 de agosto, com o objetivo de impulsionar a jornada de lutas no estado. O sindicato, também, enviará uma caravana a Brasília, para participar das atividades no Congresso (23/08) e da grande marcha que acontecerá no dia 24.

Crescem as mobilizações

Os petroleiros estão em campanha negociando a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) com a Petrobras. Em seguida à negociação da PLR começa a campanha salarial da categoria. No dia 24 de agosto, em Brasília, acontecerá uma plenária nacional contra os leilões das bacias de petróleo.

Na mesma linha, os trabalhadores dos correios, com o apoio dos sindicatos e oposições sindicais ligadas à Frente Nacional dos Trabalhadores do Correios (FNTC) ameaçam entrar em greve a partir do próximo dia 14.

Os bancários devem definir suas reivindicações em assembleias no início de agosto. Os trabalhadores organizados no Movimento Nacional de Oposição Bancária (MNOB) realizaram um importante encontro nacional, no Rio de Janeiro, com a presença de representantes de várias regiões.

Outras campanhas estão em curso nos estados. É o caso dos rodoviários de Fortaleza e trabalhadores da construção civil de Belém, dirigidos pela CSP-Conlutas. Aí também pode ter greve.

Metalúrgicos se mobilizam em Minas e São Paulo

A Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de Minas definiu uma pauta e campanha conjunta dos seus sindicatos filiados, pleiteando a correção salarial e aumento real de 10%, além do direito à eleição dos delegados sindicais. No dia 18 será lançada a campanha salarial, num ato conjunto com outros setores em Belo Horizonte.

Em São Paulo, os sindicatos dos metalúrgicos de São José dos Campos, Santos, Limeira e Campinas reivindicam 17,45% de reajuste. A proposta foi aprovada em seminário conjunto da categoria. No dia 19, será realizado um dia estadual de luta dos metalúrgicos, com manifestações.

No mesmo ritmo, os trabalhadores da Vale do Rio Doce exigem a reposição da inflação e 10% de aumento real. No próximo dia 18 participam do lançamento da campanha “O mínerio tem que ser nosso!”

Movimentos populares e estudantis somam-se à jornada

O movimento estudantil, representado pela ANEL, também participa da jornada. Eles estarão em

Brasília para a plenária nacional da campanha pelos 10% do PIB para educação, no mesmo dia da marcha (24). Ainda está previsto, para o dia seguinte, quinta-feira, a 5ª Assembleia Nacional da ANEL.

Os movimentos populares também se organizam. O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) planeja levar 20 ônibus a Brasília, com representantes de ocupações urbanas, principalmente de São Paulo e Minas.

O MUST (Movimento Urbano dos Sem Teto) já cadastrou 250 moradores do Pinheirinho, em São José dos Campos, mas tem potencial para levar outras centenas de trabalhadores.

O MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) organiza uma caravana do noroeste de Minas Gerais, com representantes de assentamentos e ocupações do campo.

Também no dia 24, em Brasília, ocorrerá uma reunião nacional dos movimentos pela demarcação das terras quilombolas.

A Jornada de Lutas será marcada por várias mobilizações, em particular, o dia 24 de agosto, quando acontecerá uma grande marcha no Distrito Federal.





MINISTÉRIO DO TRABALHO IGNORA PROBLEMAS DA FUNDACENTRO

Em carta protocolada no MTE em 08.07, o Sindsef-SP, expõe vários problemas que vêm ocorrendo na atual gestão da FUNDACENTRO. Em fevereiro deste ano foi protocolada uma carta abaixo assinada com mais de 100 assinaturas, onde os servidores denunciam vários problemas de gestão e solicitam a saída do atual Presidente.

Fatos apontados

A mudança no estatuto da instituição é uma reivindicação histórica dos servidores. Ignorando as propostas elaboradas pelos servidores, o presidente elaborou uma proposta de novo estatuto, sem a necessária discussão com o corpo funcional e encaminhou para MPOG.

O órgão vem sofrendo com a falta de recursos para a realização de várias atividades técnicas como o levantamento de riscos em ambientes de trabalho ou palestras, atendimento de solicitações dos Ministérios Públicos, e outras atividades que envolvem deslocamento dos técnicos da instituição. Essas atividades são prejudicadas para garantir a realização de projetos como a Bienal da FUNDACENTRO, ou “Ta na rua”, que consomem grandes quantias do parco orçamento da instituição e acarretam repercussões duvidosas na prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, objetivo fim da entidade.

Entidades externas, nacionais e internacionais têm patrocinan-

do vários trabalhos da FUNDACENTRO mediante custeio de diárias e passagens para os técnicos. Em alguns casos, os técnicos chegam a realizar “vaquinha” para garantir algumas atividades.

O clima organizacional, em se tratando de uma instituição que tem como objetivo preservar a saúde e segurança do trabalhador é de sofrimento, desmotivação e apatia por parte da maioria dos servidores que não vêem perspectiva de melhoria das condições de trabalho no âmbito da FUNDACENTRO.

Descaso com a coisa pública

Várias unidades estão em condições deploráveis de manutenção. Na Sede em SP o desgaste nas instalações vem se acumulando, com problemas na rede elétrica e hidráulica, colocando em risco a segurança dos trabalhadores. No parque Gráfico, a situação é extremamente precária. As condições já inadequadas (excessivo calor, excessivo frio, falta de espaço para armazenar material gráfico entre outras) constatadas pelo próprio ministro Carlos Lupi, na inauguração em marco/09, só pioraram. São freqüentes as enchentes e vazamentos em época de chuva, obrigando os trabalhadores a interromper suas atividades, para cobrir máquinas e equipamentos e conter a invasão de água.

A unidade da FUNDACENTRO da Baixada Santista, importante região do ponto de vista econômico e de possíveis problemas de

segurança e saúde do trabalhador, foi desmontada e seu patrimônio ficou meses amontoado na garagem da sede em São Paulo. Apenas em equipamentos de avaliação de ruído são quase R\$100.000,00 (cem mil reais de patrimônio) acondicionado de forma inadequada.

Ignorando as proibições legais e os candidatos aprovados no concurso de 2010 aguardando ingresso, a entidade contratou trabalhadores

terceirizados com altos salários para manter uma estrutura paralela da presidência em Brasília, ferindo os princípios da economicidade e da moralidade.

Diante desse quadro, os servidores perguntam: Quanto custará aos cofres públicos a mudança de sede? Que benefício trará às atividades técnicas do órgão? Como ficará a situação dos servidores lotados no CTN/Sede?

PRESTAÇÃO DE CONTAS - JULHO 2011

SALDO INICIAL	R\$ 161.014,74
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 182.462,70
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO	R\$ 57.615,76
FUNCIONÁRIOS	R\$ 53.473,58
SINDICAL	R\$ 79.769,06
CONTRATOS / PREST SERV.	R\$ 31.669,36
IMPrensa	R\$ 10.225,80
CORREIOS	R\$ 5.838,45
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	R\$ 20.193,88
VEICULO	R\$ 1.297,55
TELEFONES	R\$ 6.675,08
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 266.758,52
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 84.295,82
SALDO FINAL	R\$ 76.718,92

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU**



MTE: SERVIDORES EM DEFESA DO ÓRGÃO E DO SERVIÇO PÚBLICO

Nos dias 29 e 30/07 o Encontro Nacional Conjunto dos Servidores Administrativos do MTE marcou a reorganização da categoria. Na pauta: Plano de carreira específico, paridade imediata com a tabela do INSS, melhoria na estrutura do órgão e anistia das horas da greve.

Enquanto o Planejamento nem pensa em ouvir as reivindicações dos servidores do MTE, o encontro da categoria tem a ilustríssima presença do coordenador de RH, Luiz Eduardo da Conceição, além de Tito Jachelli, responsável pela estrutura física e material do órgão. Devidamente convidados para enfiar goela abaixo as propostas assediadoras do governo.

Isso mostra o quanto a CONDSEF está submissa ao governo e deixa claro que a atual direção da Confederação apóia os projetos do governo federal. O que evidencia que a batalha será árdua: de um lado os trabalhadores com a corda no pescoço, de outro o governo surdo, porém com grande apetite para engolir seus funcionários. Avaliação de desempenho com impactos financeiros, projetos de lei para congelar salários, para demitir os servidores públicos, para criar um fundo de previdência complementar, assédio moral como prática de gestão; são inúmeros os ataques aos servidores. Infelizmente parte da instituição sindical, vem sendo usada para impor a estratégia Dilma-Temer de destruir o serviço público.

Mas os servidores presentes manifestaram irrestrita força e mantiveram a reivindicação do plano de carreira específico e a paridade imediata com os salários do INSS, demonstrando que, apesar

de tudo, ainda não perderam o senso de justiça, sabem que no Brasil ainda engatinha um sistema público decente de auxílio ao trabalhador e que só o fortalecimento do órgão e de seus servidores pode levar a tal meta.

Acordo de greve

O termo do acordo de greve foi dos temas mais debatidos. A discussão se pautou no atropelamento pela direção da CONDSEF das outras entidades (CNTSS e Fenasp e de sua própria base), já que ninguém foi ouvido. Nem mesmo a deliberação do X Concondsef, que propunha a reposição em trabalho represado foi respeitada. Para evitar eventuais problemas foi proposto, e aceito, que em negociações e decisões com o governo, as três entidades estejam presentes e sejam cossignatárias.

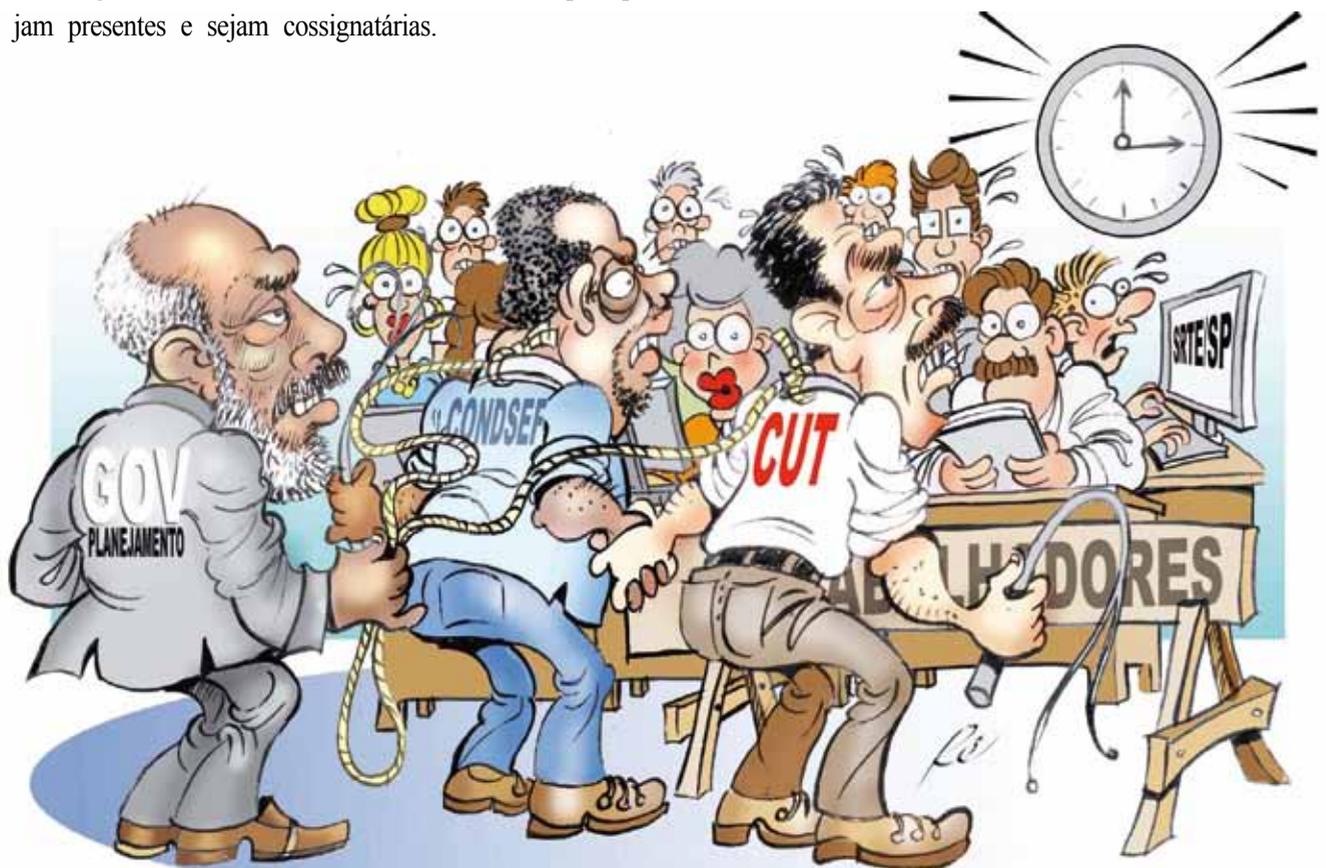
Os servidores do DF defenderam a rejeição do acordo, não só pelos fatos citados, mas também pelo tamanho do prejuízo que acarretará à categoria. Além disso, o RH do MTE tenta excluir da contagem o trabalho realizado para cumprir os 50% de atendimento ao público.

Votaram contra a proposta os estados do Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco e Rondônia; os estados que lutaram pela rejeição foram o Distrito Federal, Alagoas, Espírito Santo, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe e São Paulo. Apesar da divergência as três entidades nacionais, Condsef, Fenasp e CNTSS, firmaram compromisso de viabilizar melhorias no acordo, além de encampar a possibilidade de anistia.

Foi consenso a implantação imediata da jornada ininterrupta de 12 horas, com dois turnos de 06 horas para todos os setores de atendimento. A regulamentação das 30 horas para todos foi aprovada por 17 votos. Somente Minas Gerais e Goiás votaram contra.

Outras deliberações

Os servidores aprovaram o fortalecimento da Jornada Nacional de Luta, priorizando as atividades em Brasília entre os dias 22 e 24 de agosto. Também foi aprovado o indicativo de paralisação no dia 18. Além da luta pela revogação imediata da portaria 255, que impede a participação dos servidores nos eventos sindicais e a revogação da portaria 1160, que implementa o ponto eletrônico no serviço público.





Dnit: Depois dos escândalos, quem vai assumir o leme

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) está sem rumo. Sem seis, dos sete, diretores que compõe a diretoria colegiada, o órgão está acéfalo. Visando a solução do problema, no dia 29/07, o governo publicou no Diário Oficial da União o Decreto nº 7.537, que autoriza o Conselho de Administração do Departamento a designar servidores do órgão para substituir os diretores exonerados até a nomeação definitiva.

Os gestores públicos têm conduzido de forma irresponsável a máquina pública, usando-a em benefício de seus dirigentes e de seus padrinhos políticos em detrimento do interesse da sociedade.

André Hernandez, servidor do órgão e diretor do Sindsef-SP, enfatiza que desde 2008 tentam

alertar as autoridades para os problemas do Dnit, mas não foram, e continuam não sendo, ouvidos. Ainda segundo ele, os escândalos são resultados do aparelhamento político. Hernandez lembra, que o Sindsef-SP vem, correta e reiteradamente, denunciando o mal uso da máquina pública há muito tempo, tanto no Dnit quanto em outros órgãos federais.

Invasão das terceirizações

As terceirizações no DNIT servem como porta de entrada para a instalação dos esquemas de corrupção nas dependências da autarquia, ao empregar funcionários fantasmas como a imprensa vem denunciando. Como resultado, vultosas quantias são pagas às terceirizadas para realizar trabalho que deveria ser feito pelos servidores do órgão.

Já em 2009, em resposta ao Tribunal de Contas da UNIÃO (TCU), que cobrava a reformulação da estrutura administrativa do DNIT, o Diretor-Geral Luiz Antonio Pagot, se comprometeu a reformular, no menor tempo possível, a estrutura do órgão, reduzindo os contratos de terceirização. Mas, ao invés disso, novos contratos foram e continuam sendo firmados. Tais contratos têm sido objeto de questionamentos na Justiça Federal, pois são uma afronta aos interesses e direitos dos servidores públicos.

Enquanto isso, após o corte no orçamento realizado pelo governo Dilma ao assumir o governo, atribuições dos servidores deixam de ser cumpridas. Como os recursos estão sendo contingenciados, dinheiro para o pagamento de deslocamentos (como diárias e combustível) foram reduzidos a um nível que impossibilita o efetivo exercício de atividades como a fiscalização das obras nas rodovias federais.

Progressão Funcional

Atendendo a solicitação da Condsef, que está à frente desta negociação há três anos, o Sindsef-SP formalizou as demandas da categoria para que ela negociasse a minuta de decreto de progressão funcional proposta pelo MPOG, em termos que reduzissem os prejuízos que a proposta original causa aos

servidores. Mas até o momento não foi repassada nenhuma informação sobre a situação da negociação. Além disso, a questão não está na pauta de discussão das reuniões agendadas entre a CONDSEF e o MPOG para o mês de agosto.

Vale lembrar que, no mês de agosto de 2011, os servidores que ingressaram no DNIT através do concurso público de 2006 completarão cinco anos sem receber a progressão, assim como os de 2009. Esses foram os dois únicos concursos públicos realizados no órgão. Apesar da categoria não receber um direito líquido e certo, por conta de puro descaso com o trabalhador, os valores dos contratos de terceirização são regimento corrigidos em nome do “equilíbrio econômico-financeiro”.

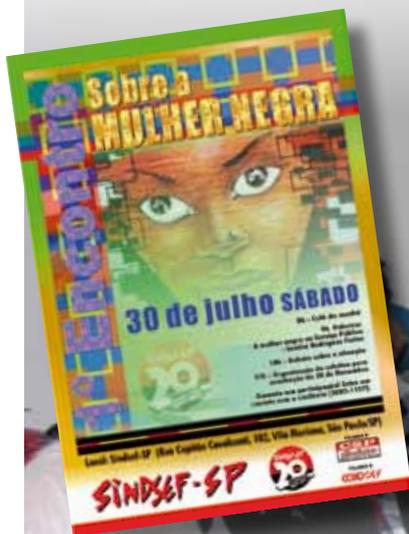
Ato contra a corrupção

Os servidores DNIT realizaram no dia 13 de julho, um Dia Nacional de Luta. O ato obteve 100% de adesão na superintendência de São Paulo. A maioria compareceu de branco para simbolizar a exigência da moralização do órgão, clamando pelo combate à corrupção na instituição. Em Brasília, os trabalhadores fizeram uma ação de protesto no Congresso Nacional, manifestação que contou com a presença de diretores do SINDSEF-SP, além de servidores da base de São Paulo.



Ato contra a corrupção realizado no dia 13 de julho, em São Paulo

1º Encontro sobre a mulher negra do Sindsef-SP celebra o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha



O auditório ficou repleto durante a palestra. Uma farta mesa de café da manhã foi preparada para receber servidores e convidados

No último dia 30, aconteceu o 1º Encontro Sobre a Mulher Negra, realizado na sede do Sindsef-SP. O evento contou com a palestra de Sandra Forte (professora e integrante do ILAESE - Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos), sobre a mulher negra no serviço público.

O encontro celebrou o dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, comemorado em 25 de julho e encerrou um conjunto de atividades proposto pela CSP-Conlutas para o mês. A data surgiu em 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana, durante o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhos, que discutiu a questão da luta contra opressão. O objetivo desta comemoração é ampliar e fortalecer a luta e a resistência da mulher negra, além de garantir seus direitos.

Com seu jeito descontraído, Sandra, despertou a atenção dos participantes. Apesar da seriedade do debate, ela arancou alguns sorrisos do plenário, com sua abordagem direta e verdadeira.

A professora lembrou as histórias de luta onde as mulheres negras foram personagens importantes. Porém o preconceito esconde a realidade combativa destas guerreiras, que em suas batalhas cotidianas, contri-

buem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



Estudos mostram que no Brasil as mulheres são maioria e representam 51,2% da população, sendo 46% delas pretas e pardas. Sandra ainda explicou, que a mulher negra está na base da pirâmide social, com os piores salários, as colocações menos prestigiadas e sofrendo violências de toda ordem, inclusive física e sexual. Para a professora “a mulher negra carrega a pirâmide nas costas”, disse. No mundo do capital, onde a regra é acumular lucros explorando os trabalhadores, a melhoria de vida das mulheres negras só pode ser resultado de sua luta e organização com o conjunto da classe trabalhadora contra os que as oprimem e as rebaixam para lucrar mais.

Quem também contribuiu para o evento foi Maristela Farias, integrante do Quilombo Raça e Classe. Maristela ressaltou a importância de construir um calendário para aprofundar o debate da questão racial nos locais de trabalho e não somente nas datas comemorativas.

Veja no site (www.sindsef-sp.org.br) o relatório completo do encontro com as propostas que surgiram do debate.



VEN AÍ A CAMPANHA

FILIAÇÕES E RECADASTRAMENTO

Fique atento, participe, divulgue e incentive os colegas a se juntarem a essa campanha!

Iniciamos a nossa gestão colocando em prática um novo projeto de renovação do nosso sindicato.

Foram várias ações no primeiro semestre da nossa gestão. Mudamos a sede para um local mais adequado, melhoramos a nossa estrutura, reforçamos o departamento jurídico, tudo isso para oferecer um melhor atendimento a nossa categoria.

Agora chegou o momento de iniciar a CAMPANHA DE FILIAÇÃO E RECADASTRAMENTO.

Entendemos de suma importância estreitar as relações entre filiados e diretoria, melhorar os nossos canais de comunicação e informação e sobre tudo ampliar e fortalecer a nossa base.

Queremos um sindicato mais próximo e mais presente junto aos seus filiados, daí também a importância do recadastramento visando à atualização dos dados dos nossos filiados.

A Campanha será desenvolvida em todos os órgãos que compõem a base do Sindsef-SP e terá início no mês de setembro/11.

O objetivo é chegar ao máximo de servidores, e queremos contar com a participação dos nossos filiados, que estão recebendo este jornal, para que tenhamos êxito com esta Campanha. Convide aqueles que ainda não fazem parte do sindicato a se filiarem e incentive os filiados a se recadastrarem. E para facilitar utilize o formulário encartado neste exemplar.



**Renovação
com lutas**



**UM SINDICATO FORTE E REPRESENTATIVO
DEPENDE DA SUA BASE!**